



Universidade Fernando Pessoa

www.ufp.pt

Regulamento de Atribuição de Bolsas por Mérito a Estudantes da Universidade Fernando Pessoa

Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento tem por objeto a atribuição de bolsas de estudo por mérito, nos termos do Despacho n.º 13531/2009, a estudantes matriculados na Universidade Fernando Pessoa (UFP), que tenham a sua situação administrativa regularizada.

Artigo 2.º

Âmbito

1. São abrangidos pelo presente regulamento os estudantes matriculados:
 - a) Num ciclo de estudos de licenciatura;
 - b) Num ciclo de estudos integrado de mestrado;
 - c) Num ciclo de estudos de mestrado;
 - d) Num curso de especialização tecnológica;
 - e) Num curso técnico superior profissional.

2. Os ciclos de estudos e cursos a que se refere o número anterior são adiante designados por “cursos”.

Artigo 3.º

Bolsa de Estudo por Mérito

A bolsa de estudo por mérito é uma prestação pecuniária, de valor fixo, destinada a estudantes que tenham mostrado um aproveitamento escolar excepcional.

Artigo 4.º

Valor da Bolsa

1. A bolsa de estudo por mérito é atribuída anualmente e tem um valor anual igual a cinco vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor no início do ano letivo em que é atribuída.

2. A bolsa de estudo por mérito é suportada integralmente pelo orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Artigo 5.º

Número de Bolsas a atribuir

O número máximo de bolsas de estudo por mérito a atribuir na UFP em cada ano letivo é estabelecido anualmente pela Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES).

Artigo 6.º

Critérios de Admissão

1. São elegíveis às bolsas de estudo por mérito todos os estudantes com aproveitamento excepcional. Considera-se que teve aproveitamento excepcional o estudante que satisfaça, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) No ano letivo a que se refere a atribuição da bolsa, tenha obtido aprovação em todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do ano curricular;
- b) A média das classificações das unidades curriculares a que se refere a alínea a) não tenha sido inferior a *Muito bom* (16). A média é calculada de acordo com os regulamentos da UFP.

2. Para efeitos do número anterior, o aluno não poderá ter qualquer disciplina em atraso findas as épocas de exames previstas nos regulamentos da UFP.

Artigo 7.º

Critérios de Exclusão

Serão liminarmente indeferidas as candidaturas:

- a) Que não satisfaçam os critérios de admissão a concurso, nos termos do artigo 6.º;
- b) Que forem apresentadas fora dos prazos fixados nos termos do n.º 1 do artigo 9.º;
- c) Com documentação em falta após o término das candidaturas.

Artigo 8.º

Critérios de Seriação

1. A seriação dos candidatos, para o número de bolsas a atribuir anualmente, será feita pela aplicação sucessiva dos seguintes critérios:

- a) Melhor média (média simples e arredondada às centésimas) das classificações obtidas em todas as unidades curriculares, que integram o plano de estudos do ano curricular em que o estudante se encontrava matriculado, no ano letivo referente à atribuição da bolsa;
- b) Maior número de trabalhos de natureza extracurricular que tenham relação directa com o curso e com reconhecimento académico de mérito assinalável, nomeadamente através da sua apresentação, publicação ou divulgação pública interna ou externa;
- c) Maior número de participação em órgãos, serviços ou actividades reconhecidamente importantes para a vida da UFP;
- d) Possuir os mais baixos recursos económicos, calculados nos termos do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior da DGES, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 9.º

Prazos e Procedimentos

1. O prazo de candidatura será definido anualmente pela DGES e comunicado à UFP, que procederá à divulgação através do seu sítio na internet.

2. As candidaturas serão formalizadas através de requerimento próprio a adquirir e a entregar devidamente preenchido no Gabinete de Acção Social Escolar (GASE). As candidaturas devem ser instruídas com os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida pela respectiva Secretaria de alunos da UFP a certificar o cumprimento do estabelecido na alínea a) e b) no n.º 1 do artigo 6.º;
- b) Documentos comprovativos do referido na alínea b) e c) do n.º 1 do artigo 8.º (opcional).

§ Único. Caso seja necessário recorrer à aplicação do último critério referido na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º, o aluno será contactado pelo GASE para fornecer a documentação que este departamento considere necessária para determinar o estabelecido na referida alínea.

Artigo 10.º

Pagamento da Bolsa

1. A bolsa de estudo por mérito é paga pela DGES, diretamente ao estudante, através de transferência bancária para a conta com o número internacional da conta bancária (IBAN) indicada por este.

2. Para efeitos de pagamento ao estudante, ao qual foi atribuída bolsa de estudo por mérito, torna-se necessário que este proceda à entrega de:

- a) Certidão comprovativa da sua situação contributiva regularizada;
- b) Certidão comprovativa da sua situação tributária regularizada;
- c) Comprovativo do IBAN.

Artigo 11º

Diploma de atribuição da bolsa

Aos estudantes, a quem seja atribuída bolsa de estudo por mérito, a UFP confere igualmente um diploma comprovativo, entregue em cerimónia pública dotada da publicidade e solenidade adequadas ao efeito.

§ Único. A aplicação do disposto no presente artigo fica a cargo do Gabinete de Comunicação e Imagem da UFP.

Artigo 12.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor para o ano letivo de 2013/2014.